

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATA**



ATA

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/4/2018

Às 14h13min, comparece na Sala das Comissões o deputado Duarte Bechir, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as medidas necessárias à eliminação das diversas barreiras que impedem a participação social da pessoa com deficiência. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Deborah Akerman, superintendente de Proteção Social Básica e Gestão do Sistema Único de Assistência Social, e Rosana Bastos, assessora para inclusão social da Secretaria de Estado de Trabalho, ambas representando a secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Marília Jardim de Sousa, assessora da Subsecretaria de Educação Básica, representando o secretário adjunto de Estado de Educação; Patrícia Cunha, diretora de Educação Inclusiva e Diversidade Étnico-Racial, representando a secretária de Educação de Belo Horizonte; Maria Helena de Azevedo Roscoe, presidente da Associação de Amigos do Autista e Minas Gerais; Lídia de Lima Prata, psicóloga cognitivo comportamental; Álida Fernanda Corgozinho Murta Andrade, conselheira do Crefito; e Natália Inês Costa, diretora do Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa; e os Srs. Eustáquio José de Oliveira, coordenador Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência – Caade; Alexsander Fabian Malheiros, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conped; André Luiz de Menezes, gerente da Rede Complementar, representando o secretário de Saúde de Belo Horizonte; e Luiz Renato Braga Arêas Pinheiro, defensor público. O presidente Duarte Bechir, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2018.

Duarte Bechir, presidente.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 10/4/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.871, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968; 5.960, de 1º de agosto de 1972; 6.763, de 26 de dezembro de 1975; 11.363, de 29 de dezembro de 1993; 14.699, de 6 de agosto de 2003; 14.937, de 23 de dezembro de 2003; 14.940, de 29 de dezembro de 2003; 14.941, de 29 de dezembro de 2003; 15.424, de 30 de dezembro de 2004; 15.464, de 13 de janeiro de 2005; 19.976, de 27 de dezembro de 2011; 20.922, de 16 de outubro de 2013; 21.735, de 3 de agosto de 2015; 21.972, de 21 de janeiro de 2016; 22.257, de 27 de julho de 2016; 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as

tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.761, que modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos *sites* governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.763, que altera a Lei nº 14.235, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.848, que dá denominação ao próprio público que sedia o Ministério Público do Estado no Município de Ouro Fino. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.865, que altera a Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991, que dispõe sobre produção, comercialização e uso de agrotóxico e afins. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.874, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 10/4/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.655/2017, do deputado Missionário Marcio Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.535, 10.536 e 10.539/2018, da Comissão de Participação Popular, e 10.581/2018, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a ouvir o Cel. BM Marcus José Tibúrcio Lima, corregedor do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, e o Cap. BM Luiz Frederico Barreto Pascoal, tendo em vista a instauração de inquérito policial militar contra o 2º-Sgt. BM Alexandre Rodrigues por participar de reunião como cidadão e presidente da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais – Ascobom.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/4/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/4/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/4/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 4.615/2017, do deputado Isauro Calais; e 4.731/2017, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 10.439/2018, do deputado Gil Pereira; e 10.449/2018, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/4/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater as propostas dos governos federal e estadual para viabilizar as obras de construção das alças norte e sul do Rodoanel.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/4/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento n° 10.507/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a acessibilidade da pessoa com deficiência visual, por ocasião da comemoração do Dia Nacional do Sistema Braille, em 8 de abril, e a atual situação do Instituto São Rafael e de seus alunos, tendo em vista a política governamental de inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/4/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 4.469/2017, do deputado Hely Tarquínio, e 4.690/2017, do deputado Dilzon Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/4/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/4/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 10/4/2018, às 10 horas, em Belo Horizonte, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de debater com o Procurador-Geral do Ministério Público a questão dos repasses financeiros da área da saúde aos municípios mineiros, bem como as atuais dificuldades por que passa o Ipsemg.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2018.

Carlos Pimenta, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/4/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, ouvir informações e esclarecimentos do Sr. Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco, diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig –, sobre o Projeto de Lei nº 4.996/2018, que visa alterar a Lei 22.828, de 3 de janeiro de 2018, a fim de autorizar a referida empresa a realizar operações de cisão, total ou parcial, fusão e incorporação, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2018.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Fred Costa, Elismar Prado e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/4/2018, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 9.998/2017, do deputado Ivair Nogueira; 10.000/2018, do deputado Duarte Bechir; 10.060 e 10.061/2018, do deputado Douglas Melo; 10.127, 10.128 10.131, 10.133 a 10.139, 10.141 a 10.146, 10.169 a 10.171/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 10.181 a 10.184/2018, do deputado Bosco; 10.198 a 10.204/2018, do deputado Douglas Melo; 10.235 a 10.240/2018, do deputado Bosco; 10.242 a 10.249/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 10.271 a 10.277, 10.280, 10.288 a 10.290, 10.295 a 10.309 e 10.311/2018, do deputado Bosco; 10.428/2018, do deputado Braulio Braz; e 10.58/2018, do deputado Emidinho Madeira; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2018.

Paulo Guedes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/4/2018, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, o Requerimento nº 9.998/2017, do deputado Ivair Nogueira, o Requerimento nº 10.000/2018, do deputado Duarte Bechir, o Requerimento nº 10.060/2018, do deputado Douglas Melo, o Requerimento nº 10.061/2018, do deputado Douglas Melo, o Requerimento nº 10.127/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.128/2018, do deputado Roberto Andrade, o Requerimento nº 10.131/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.133/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.134/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.135/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.136/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.137/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.138/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.139/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.141/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.142/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.143/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.144/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.145/2018, do deputado

Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.146/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.169/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.170/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.171/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.181/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.182/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.183/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.184/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.198/2018, do deputado Douglas Melo, o Requerimento nº 10.199/2018, do deputado Douglas Melo, o Requerimento nº 10.200/2018, do deputado Douglas Melo, o Requerimento nº 10.201/2018, do deputado Douglas Melo, o Requerimento nº 10.202/2018, do deputado Douglas Melo, o Requerimento nº 10.203/2018, do deputado Douglas Melo, o Requerimento nº 10.204/2018, do deputado Douglas Melo, o Requerimento nº 10.235/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.236/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.237/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.238/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.239/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.240/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.242/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.243/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.244/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.245/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.246/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.247/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.248/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.249/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Requerimento nº 10.271/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.272/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.273/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.274/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.275/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.276/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.277/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.280/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.288/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.289/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.290/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.295/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.296/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.297/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.298/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.299/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.300/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.301/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.302/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.303/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.304/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.305/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.306/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.307/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.308/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.309/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.311/2018, do deputado Bosco, o Requerimento nº 10.428/2018, do deputado Braulio Braz, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2018.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Dirceu Ribeiro, João Vítor Xavier e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 11/4/2018, às 15 horas, ao Conselho Estadual de Educação, na Rua Rio de Janeiro, 2.418, no Bairro Lourdes, em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer a estrutura e a distribuição dos processos de acordo com as competências e atribuições.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2018.

Celise Laviola, presidente.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/4/2018

O deputado Durval Ângelo* – Sr. Presidente, ontem, tivemos aqui um pronunciamento do deputado e médico Arlen Santiago, que, por sinal, foi presidente da Comissão de Saúde, por três ou quatro períodos, na Assembleia. Ele fez algumas denúncias e acusações em relação ao Ipsemg.

É interessante, porque o Ipsemg estava sendo preparado para ser privatizado, no governo Aécio e Anastasia, e nunca tivemos um pronunciamento dele, como presidente da comissão, em defesa do Ipsemg. De qualquer maneira, como líder de governo, quero tornar pública a nota do Ipsemg a respeito do pronunciamento de ontem.

“O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – esclarece que não há nenhum registro ou manifestação de beneficiários em relação aos fatos citados pelo deputado. No hospital do Ipsemg a caldeira funciona regularmente, como em qualquer outro hospital. Mais de 2.800 refeições são servidas diariamente, seguindo cronograma regular de distribuição. Trocas de roupas de cama ocorrem diariamente e sempre que há necessidade.”

Aqui faço um parêntese. Talvez o deputado tenha confundido com algum outro hospital em que ele atua em Montes Claros, e não o hospital do Ipsemg – e não vou citar aqui.

“A respeito dos atrasos na dispensação de medicamentos e na reposição de fraldas, houve, sim, um problema pontual relativo a fraldas, que durou 4 dias em fevereiro, devido à logística. Esse problema já foi contornado, e a situação encontra-se normalizada. A instituição desconhece que haja compra de medicamentos pelos pacientes.” O presidente do Ipsemg, Dr. Hugo Vocurca, teve a oportunidade de dizer que não houve um registro sequer de reclamação de um paciente nesse sentido.

“Mais: o hospital mantém a trajetória de queda na taxa de mortalidade e no tempo de permanência, atendendo, com qualidade, a um número crescente de funcionários. No Estado como um todo, por meio da rede própria e de hospitais e clínicas credenciadas, foram realizadas mais de 53 mil internações hospitalares, 2.100.000 consultas e 10.400.000 exames em 2017.” Não precisa ser da área médica para mostrar que esses números são robustos. Tanto são robustos que é interessante que somos procurados por rede privada que quer se credenciar com o Ipsemg. São muitas. E é interessante que nunca há caso de pedido de descredenciamento.

“Não há, portanto, que se falar em desmonte ou entrega para a iniciativa privada” – isso era o projeto tucano, de novo o deputado Arlen Santiago confunde as coisas –, “muito pelo contrário. Apesar das dificuldades conjunturais por que passa o País, não só o hospital, mas todo o Ipsemg vem se fortalecendo graças ao apoio do governo estadual e ao trabalho determinado e extremamente qualificado dos trabalhadores do instituto.” Essa intervenção do deputado Arlen Santiago desqualifica os servidores. Desqualifica médicos abnegados, atendentes de enfermagem, enfermeiros, até a equipe mais elementar da limpeza. Então vemos que isso acaba desqualificando os trabalhadores.

E a forma como ele fala sobre essa questão é tão agressiva, com tanto ódio, coisa que ele aqui não manifestava quando presidia a Comissão de Saúde.

“Aliás, falar em iniciativa privada traz à memória a tentativa, levada a cabo nos governos tucanos, quando da contratação de empresa” – isso é real – “para fazer um diagnóstico e quase propor a venda da carteira de beneficiários, de 850 mil pessoas”. Essa consulta está lá, está na auditoria do Estado. Foi paga uma consulta privada, deputado Paulo Guedes, para fazer essa privatização.

“Muito antes pelo contrário, nosso governo vem buscando melhorar o modelo de atenção à saúde e fortalecer o instituto por meio do programa de atenção primária à saúde, que hoje já cobre uma população de 25 mil pessoas na capital e no interior.”

Existem problemas de atraso, mas não vivemos o caos, como no Rio de Janeiro, em que o instituto dos servidores praticamente já fechou dois hospitais. Aqui não, as coisas estão funcionando, com todas as dificuldades.

Então, com todo o respeito e consideração, dentro da visão de que, neste Parlamento, tem de haver o debate democrático, foi o clima eleitoral e o sentimento revanchista eleitoral que fez o deputado Arlen Santiago aqui se pronunciar, e não a verdade dos fatos. A verdade vem à tona sempre.

E o sentimento revanchista eleitoral que o fez aqui se pronunciar, não a verdade dos fatos. A verdade vem à tona, sempre.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* – Só uma rápida contribuição, deputado Durval Ângelo.

Quero parabenizá-lo pela fala que retoma esse assunto. Também quero reafirmar aqui que milito no Norte do Estado e, tanto o serviço do Ipsemg, lá, da região está muito bem avaliado, que recebo por semana, em meu escritório, mais de dez representantes de clínicas e hospitais pedindo credenciamento. Ou seja, isso é porque o serviço está funcionando, tem sido muito elogiado o serviço do Ipsemg lá, no Norte do Estado. Gostaria de dar esse testemunho aqui.

Além disso, não tem cabimento as críticas do deputado Arlen, até porque o hospital, do qual ele é sócio em Montes Claros, é o principal beneficiado do Ipsemg e tem um credenciamento de mais de R\$1.000.000,00 mensais. Ora, já que ele está tão insatisfeito, por que não propõe o descredenciamento de seu hospital? Afinal, tem uma fila de hospitais querendo entrar.

O deputado Durval Ângelo* – Por quê? Ele tem hospital credenciado no Ipsemg?

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* – Tem e recebe mais de R\$1.000.000,00.

O deputado Durval Ângelo* – Qual é o nome do hospital, deputado?

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* – Dilson Godinho.

O deputado Durval Ângelo* – Perfeitamente. Não queria falar o nome do hospital. Gostaria de tratar de um segundo assunto que me traz aqui.

A Câmara da Indústria do Audiovisual de Minas Gerais da Fiemg, junto com o Sindav-MG – Sindicato da Indústria Audiovisual de Minas Gerais –, a Associação de Trabalhadores do Cinema Independente de Minas Gerais, a Associação Curta Minas – ABD-MG –, a APBA – Associação das Produtoras Brasileiras do Audiovisual –, o Sated-MG – Sindicato de Minas Gerais –, a Apolo – Agência de Desenvolvimento do Polo Audiovisual da Zona da Mata – e a Comissão do Direito do Audiovisual – OAB-MG – me entregaram hoje um ofício encaminhado à diretoria colegiada da Ancine – Agência Nacional de Cinema –, aos cuidados do Sr. Christian de Castro, diretor-presidente; da Sra. Débora Ivanov, diretora; e do Sr. Alex Braga Muniz, diretor. Os representantes vêm manifestar a surpresa e desacordo com as novas regras divulgadas pela Ancine, com alteração de critério nas avaliações das linhas de fomento, sobretudo, em relação àqueles que passaram a ser utilizados nos editais para produção de cinema e de TVs públicas.

Fica explícita uma mudança de rumo da Ancine, em que o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual não foi ouvido. E essas mudanças levam a uma concentração de 60% dos recursos na avaliação de projeto de produção de cinema nos diretores e nas empresas produtoras. Os novos critérios praticamente impedem o acesso aos recursos públicos para as produtoras de pequeno e médio porte, que hoje traduzem, em sua maioria, grande parcela do mercado economicamente ativo do setor audiovisual brasileiro. Sabemos quais são essas grandes produtoras.

Hoje estamos vivendo um momento em que a Globo incentiva cada vez mais o golpe militar no Brasil, querendo impor ao Supremo a pauta da condenação do Lula, em que a norma constitucional do trânsito em julgado seria respeitada, e até general do Exército está dando pronunciamento. A gente vê a quem interessam essas mudanças.

Também cotas diferenciadas foram colocadas para Minas e Espírito Santo, uma clara retaliação. Desconhece a importância da produção audiovisual em Minas Gerais e todo trabalho de parceria do governo de Minas, da Codemig, inclusive, com a própria Ancine. E, aqui, em Minas, fica prejudicada a criação do Produm, que é o Programa de Desenvolvimento do Audiovisual Mineiro da

Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, que encaminhou, de alguma forma, a própria criação da câmara setorial na Fiemg, onde tivemos duas edições da MAX – Minas Audiovisual Expo –, quando o setor produtivo realmente teve um grande crescimento nessa área de audiovisuais.

Sabemos que esses recursos envolveram, nos últimos dois anos, 68 milhões, que impulsionaram a cadeia produtiva em Minas Gerais.

Portanto, queremos nos solidarizar com essas entidades e com o apelo que elas fazem. “Nesse sentido, vimos solicitar a suspensão dos editais em vigor e uma rediscussão das regras propostas, privilegiando mudanças que ampliem, melhorem e qualifiquem a produção audiovisual nacional e que descartem ações excludentes e de retrocesso nas importantes conquistas do setor, sobretudo para pequenas e médias produtoras presentes e atuantes em diversas regiões do Brasil.” Assim, vemos que essa medida... Os profissionais de Minas Gerais colocam-se à disposição para um diálogo com a Agência Nacional do Cinema – Ancine –, a fim de que a agência recue em suas propostas. Assinam essa carta a Câmara da Indústria do Audiovisual de Minas Gerais da Fiemg; o Sindicato da Indústria do Audiovisual de Minas Gerais – Sindav-MG; a Associação de Trabalhadores do Cinema Independente de Minas Gerais; a Associação Curta Minas; a Associação das Produtoras Brasileiras de Audiovisual; o Sated-MG, sindicato da área de teatro e eventos; a Agência de Desenvolvimento do Polo Audiovisual da Zona da Mata – Apolo; e a própria Comissão de Direito Audiovisual da OAB Minas Gerais.

Logo estaremos em Minas num processo com todas essas entidades e com a Secretaria de Estado de Cultura. É uma nova lei estadual de audiovisual, que vai, de alguma forma, na contramão, no sentido inverso do que a Ancine está realizando nacionalmente. É uma forma que temos de demonstrar que, em Minas, as coisas acontecem de forma diferente. O próprio edital recente da Codemig, essa parceria com as entidades de classe, com as entidades de trabalhadores, com as produtoras e com a própria Fiemg vem demonstrando, de alguma forma, esse diferencial e esse investimento na indústria do entretenimento, que tem gerado muitos empregos no Estado. A Mostra de Tiradentes é um grande sinal disso – ela é antiga e vem se mantendo –, assim como a mostra Humberto Mauro. Humberto Mauro era da nossa gloriosa Volta Grande. Lá ele tinha sua casa, ele criou o primeiro estúdio de cinema da América Latina – está lá hoje, de pé. O dia 30 de abril é o dia da morte de Humberto Mauro. É um dia em que Volta Grande, Cataguases e Leopoldina estarão em grande festividade.

Vemos esse recuo do que está acontecendo na Ancine nacional com esse edital, que praticamente excluiu as pequenas e as médias empresas do financiamento do audiovisual da agência – são um valor e um recurso significativos. Queremos aqui protestar, demonstrar que, de novo, procura-se favorecer as grandes empresas da indústria de audiovisual, de teatro, de cinema e de filme. Na realidade, isso enfraquece muito mesmo o setor. Portanto, fica aqui o nosso protesto.

Logo anunciaremos, via Secretaria de Estado de Cultura, uma nova lei de audiovisual de Minas Gerais, que, com a lei do financiamento da cultura, da política cultural, vai complementar todo esse esforço de Minas em ir na contramão do Brasil, investindo na cultura e na valorização da cultura.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar também o público presente e, de forma especial, saudar todo o povo de Minas Gerais que nos acompanha pela TV Assembleia e pelas redes sociais.

Sr. Presidente, hoje é um dia de muita importância para todos nós, brasileiros. Vamos acompanhar, daqui a pouco, com muita atenção, o julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente Lula no Supremo Tribunal Federal. Venho, desta tribuna, na condição de representante do povo mineiro e brasileiro, também expressar de forma veemente a nossa preocupação com este momento que vive o nosso país. O que está em jogo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é somente o julgamento do Lula. O que está em jogo é a liberdade deste país, o que está em jogo é a nossa democracia. Mais do que isso, deputado Rogério Correia, o que está em jogo é a complementação do golpe iniciado após as eleições de 2014, quando o grande perdedor e seus apoiadores não aceitaram, pela quarta

vez consecutiva, a derrota nas urnas. Não aceitaram a vontade do povo brasileiro. Tivemos, deputada Marília Campos, oito anos de mandato do presidente Lula e quatro anos do primeiro mandato da presidenta Dilma. Nesses 12 anos tivemos uma revolução histórica neste país em todos os sentidos: das possibilidades, dos sonhos e da inclusão do povo brasileiro, das oportunidades que surgiram no ensino, na assistência social, na educação, na saúde, em qualquer segmento. O Brasil avançou, como nunca, nesses 12 anos, 8 do Lula e 4 da Dilma.

Falo quatro anos porque a perseguição à presidenta Dilma começou logo após o resultado das eleições de 2014. Não deixaram ela governar sequer um dia no seu segundo mandato, até aplicarem o golpe final. Golpe liderado e relatado pelo menino de recado de Aécio Neves, senador Anastasia, que inventou a tal pedalada fiscal, que ele praticou durante todo o seu mandato em Minas Gerais, e usou dessa prerrogativa para afastar uma presidente eleita.

Estou fazendo esse relato para chegar aqui, neste momento, quando eles querem aplicar o golpe final. Querem aplicar o golpe final porque sabem que se deixarem o Lula ser candidato novamente, deputado Rogério Correia, será peia de novo. Eles não têm coragem de disputar.

Essa elite brasileira, liderada pelos mafiosos da família Marinho e das organizações criminosas Globo acham que mandam neste país; juntam-se aos banqueiros internacionais, aos grandes bancos para surrupiar, para enganar a população a cada dia, para vender mentiras e para estancar o sonho de milhões de brasileiros que não tiveram oportunidade e que nos governos do PT, de Lula e Dilma, passaram a sonhar, com dignidade, a ter direito à casa própria. Foram mais de 6.000.000 de brasileiros, Marília, que realizaram o sonho da casa própria com o programa Minha Casa Minha Vida, assim como 12.000.000 de brasileiros puderam sonhar com o fim do candeeiro e da lamparina com o programa Luz para Todos, assim como 40.000.000 de brasileiros, deputado André Quintão, que passavam fome, saíram da miséria com os programas sociais criados por Lula e pelo PT, que são referência no mundo inteiro. É isso que essa elite que prega o ódio, o racismo e a intolerância faz. Ela não aceita essa inclusão, pois não aceita dividir espaços. Eles nunca aceitaram que um filho de uma empregada doméstica, de um trabalhador rural, de um servente de pedreiro, que jamais poderia sonhar em estar numa universidade, pudesse dividir os bancos universitários com os filhos deles, dessa elite que não se mistura, que acha que pobre e negro têm de estar sempre à sua disposição para servir aos seus caprichos. É por isso que o julgamento hoje, no Supremo Tribunal Federal, chama a atenção do País inteiro. Não é somente a prisão do Lula que está em jogo. Há muito mais por trás disso. Querem prender o sonho, a esperança do nosso povo.

Dois anos pós golpe o que aconteceu? Que benefícios trouxeram para a sociedade brasileira depois que aplicaram o golpe, depois que Anastasia inventou as pedaladas fiscais, que Aécio e a Rede Globo e uma quadrilha no Congresso Nacional se juntaram para tirar o mandato da presidenta Dilma? O que aconteceu depois disso? A cada dia o golpe está aí para todo mundo ver qual é o propósito dele. Já rasgaram a CLT. Querem impor uma reforma da previdência goela abaixo que só tira direitos dos trabalhadores. Por isso temos de ficar atentos. Defender o Lula hoje é defender a nossa história, defender os humildes, os mais pobres; é defender a oportunidade para todos; é defender a nossa arranhada democracia, e até ouvir um general do Exército que ousa vir falar que não aceita impunidade. Ora, general, por que o senhor não trata da impunidade que cometeram em 20 anos de ditadura? E os milhares que foram mortos, torturados e perseguidos? Nós é que não toleramos mais isso, porque queremos um país onde o povo brasileiro possa votar, pensar e decidir livremente nas urnas, que é o que a direita, a família Marinho, os banqueiros, os donos de banco não querem deixar. Todos esses bancos, Bradesco, Itaú, estão mandando no País. São eles que estão mandando no País. Essa turma que está lá é capacho deles. Aécio, Temer, Anastasia, Aleckmin são todos capachos desses banqueiros. A Globo põe no *Jornal Nacional* que temos a menor taxa Selic da história, mas as operadoras de cartão de crédito e os bancos aliados ousam cobrar e continuam cobrando 18% no cheque especial e chegam a cobrar 25% de juros ao mês no cartão de crédito. Esse é o País que querem. Só para eles; só para uma minoria.

Essa elite não aceita dividir espaço. Essa elite, deputado Rogério, não quer ver filho de pobre nas universidades. Essa elite não quer ver geração de emprego, porque quanto mais desempregados houver, mais mão de obra barata terá para contratar. É isso que eles querem: rasgar as leis, a Constituição e transformar o País novamente em uma colônia. E não podemos aceitar isso.

É por isso que estamos atentos à defesa do presidente Lula. O presidente Lula é um homem simples, é um homem que durante toda a sua vida lutou pela democracia, ousou enfrentar a ditadura, lutou pela redemocratização deste país. Ele foi perseguido, humilhado, preso pela ditadura militar. É um retirante da seca, é um homem simples que saiu do Nordeste num pau de arara e teve, pela força do povo brasileiro, a honra de ser presidente deste país. O presidente Lula ousou fazer mudanças estruturais na saúde, na educação, na assistência social. É isso que a elite não aceita. A elite não aceita que uma pessoa que não teve oportunidade sequer de frequentar uma universidade tenha tido a competência de fazer as mudanças e as transformações que este país viveu nos últimos 13 anos. É por isso que querem prender o Lula. Prender o Lula significa prender o sonho do povo brasileiro, significa amordaçar a nossa democracia, significa cortar os sonhos da nossa juventude e do nosso povo. Por isso, estamos firmes e não vamos abaixar a cabeça para ninguém, não vamos abaixar a cabeça para esses setores da elite que estão instalados em segmentos como o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Polícia Federal e que agem, política e partidariamente, para escolher quem persegue e quem julga.

Hoje, deputado Rogério Correia, depois de 15 anos, deputado André Quintão, marcaram o julgamento do Azeredo. Depois de 15 anos. Porém, se a denúncia for contra alguém da esquerda, especialmente do PT, nos tribunais ela andarà numa velocidade que é de assustar. Por isso, estamos aqui e esperamos serenidade na decisão dos ministros do Supremo hoje. Esperamos que eles tenham serenidade na hora de tomar essa decisão.

Vocês podem até prender ou mandar prender o corpo do Lula, mas não vão prender nunca a sua voz, o que ele simboliza, o que ele significa para o povo brasileiro. As pessoas pobres sabem disso; o povo excluído sabe disso; as pessoas que nunca tiveram oportunidade sabem do que estou falando; quem não tinha água para beber sabe do que estou falando; quem carregava a lata d'água na cabeça sabe do que estou falando. Essas pessoas sabem do programa Água para Todos, que disponibilizou mais de 1.300.000 cisternas, além de tantos outros programas que melhoraram a vida do povo, como o Pronaf. A revolução feita com a oportunidade de tantos programas, como o Mais Médicos e tantos outros que fizeram o serviço público chegar até as pessoas... As pessoas puderam sonhar com seu filho na escola, com cursos técnicos. Foram mais de 500 escolas técnicas construídas nos governos Lula e Dilma. É isso que a elite quer barrar. A elite não quer que ninguém sonhe. A elite não quer que ninguém sonhe; ela quer que os espaços, os aeroportos, as coisas boas deste país sejam limitadas aos poucos que pertencem a ela.

Lula quebrou essa regra com um governo democrático e popular, promovendo a inclusão social de milhões de brasileiros que passaram a sonhar com novas oportunidades. O que está em jogo hoje é isto: decidir se ficamos com o povo ou se ficamos com a família Marinho e companhia limitada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Marília Campos* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e aqueles que nos assistem pela TV Assembleia, confesso que hoje não é um dia em que estou muito entusiasmada para fazer um pronunciamento nesta Casa. Mas, pela insistência de alguns deputados, resolvi fazer algumas considerações.

Primeiramente, começo falando um pouco da minha história. Quando iniciei a minha militância política, estávamos saindo do regime militar. Eu iniciava uma carreira trabalhando num banco e atuava no movimento estudantil, com todos os ideais da juventude. Eu fazia parte de grandes coletivos e fui fundadora do PT na cidade de Uberlândia, terra de Felipe Attiê e Luiz Humberto. Criamos o PT lá, assim como em Araguari e em todo o Triângulo Mineiro. Naquela época, saindo do regime militar, conseguimos construir o PT e a CUT. Eu tinha uma certa ingenuidade de que, depois daquela experiência de golpe militar, estaríamos construindo a democracia no nosso país.

De lá para cá fizemos todos os esforços, com a criação de instituições, de partido e movimento social no intuito de fortalecermos e consolidarmos o processo democrático em nosso país. Agora tivemos um golpe, aliás, não um golpe militar, mas um golpe com o apoio da mídia, um golpe parlamentar, um golpe com apoio de parcelas do Judiciário. Cada vez mais fica explícito qual é o papel e o objetivo desse golpe. Além disso, é muito explícito também que setores que conspiraram contra a democracia do nosso país não têm, de fato, um compromisso com o regime democrático. Na época em que afastaram Dilma e deram o golpe, o que mais se ouvia no País era a discussão de que a Dilma estava sendo retirada porque cometeu pedaladas fiscais. Só que isso é tão ridículo que ninguém mais discute essa questão. Hoje cada vez mais as coisas ficam claras. Ficou claro que, por trás de todo esse golpe e de toda essa iniciativa que foi tomada por esses conspiradores contra a democracia e o nosso país, os reais objetivos desses atores e agentes antidemocráticos era implementar reformas e aprovar leis. Certamente, se defendessem isso num processo eleitoral, não seriam eleitos. Então, somente poderiam implementá-las através de um golpe como esse que foi dado no nosso país.

De lá para cá prometeram melhorar a situação do País. Qual é a situação que temos? Quase 14 milhões de desempregados. Qual é a situação que temos? Uma reforma trabalhista que foi aprovada pela maioria dos deputados e das deputadas da Câmara, que veio disseminar o sonho de criar mais empregos, o que, na verdade, apenas precarizou o trabalho e diminuiu a renda e a atividade econômica. Hoje, deputado Cristiano, se formos a qualquer loja, veremos que ninguém está comprando. A indústria está parando de produzir porque as pessoas não têm renda, emprego nem atividade econômica.

O que estamos vendo é que as reformas que foram feitas e as que estão querendo implementar são apenas para precarizar, diminuir emprego, diminuir renda, diminuir direitos e vender estatais.

Não aprovaram a reforma da previdência. E, claro, não a aprovaram muito em razão da resistência popular. A população demonstrou, por meio de pesquisas, que era contrária à reforma da previdência. Claro, em época de eleições, os deputados, as deputadas e os senadores não queriam arriscar o processo eleitoral votando uma reforma tão impopular.

Já vou conceder-lhe um aparte, deputado Cristiano Silveira. Apenas gostaria de ressaltar que a democracia não foi consolidada. Utilizaram-se de expedientes para acabar com a democracia, dando um novo golpe. Hoje implementou-se uma agenda em nosso país que só tem piorado as condições de vida do nosso povo e de toda a situação econômica e fiscal do Brasil. Hoje, em nível internacional, é reconhecida a tragédia que vivemos no País.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Obrigado, deputada Marília. Só queria corroborar suas palavras e lembrar quão importante é o dia de hoje. E não é importante somente porque hoje faz 50 anos, infelizmente, da morte de Martin Luther King, que lutou pela igualdade, pelos direitos e contra o racismo, mas também porque o Supremo julga o pedido de *habeas corpus* do ex-presidente Lula.

É importante que a população saiba o que está por trás disso. Uma parte da grande imprensa e de setores da sociedade tenta vender à população que conceder *habeas corpus* a Lula, impedir que ele seja preso, com condenação em segunda instância, é impunidade. Mas não se trata disso. Trata-se de o Supremo fazer o que tem de ser feito, ser garantidor da lei, constitucionalista e permitir que o ex-presidente Lula responda em liberdade, até a sua última possibilidade de recurso, que é no STF.

Há pouco, recebi esta mensagem de alguém que está acompanhando a votação do Supremo pela televisão: “Estou abismado, tem gente batendo panela, tem gente soltando foguete”. Em que momento vai cair a ficha do trabalhador, do cidadão brasileiro a respeito do que está em curso? Ele não percebe que, após o golpe, prometeram diminuir o desemprego, mas, na verdade, o número de desempregados pulou de 4 milhões para quase 13 milhões. Cadê o emprego prometido pelos golpistas quando tiraram Dilma, quando tiraram o PT do poder? Cadê? Vocês ainda não pararam para pensar nisso? Cadê a retomada do crescimento, o crescimento econômico robusto que prometeram? Diziam que iam colocar de novo o País no caminho do desenvolvimento. Cadê a estabilidade entre as instituições? Pelo contrário, explodiram as relações institucionais.

Depois que tiraram a Dilma, diziam: “Tirem a Dilma, tirem o PT, porque assim se acaba com a corrupção”. Vimos o Jucá falar de grande acordo nacional. Vimos Aécio Neves ser pego em gravação. Vimos o Temer ser pego em gravação, e o povo acha que o problema deste país ainda é o Partido dos Trabalhadores? O povo acha que o problema deste país é o ex-presidente Lula? Que memória curta! Quem retirou 13 milhões de pessoas da pobreza? Quem fez o enfrentamento com os ricos? Quem colocou o Brasil como a 5ª maior economia do mundo e fez o nosso país construir um novo bloco econômico, sendo respeitado no mundo todo? Em que momento você, que é induzido, manipulado, vai parar para pensar sobre isso?

O golpe vai além da retirada do Partido dos Trabalhadores, o golpe é a agenda política que foi para o Congresso, conforme a deputada Marília expôs aqui, a agenda da terceirização. Qual candidato à presidência da República discutiu terceirização? Qual candidato à presidência da República discutiu, Marília, a reforma trabalhista, a reforma da previdência, o congelamento de gastos por 20 anos? Nenhum. Nem Aécio, nem Dilma, ninguém discutiu essa pauta. E o golpe trouxe essa pauta para a agenda política. Se querem debater essa agenda, coloquem-na na campanha de outubro, convençam o povo, recebam voto e vão governar. Caso contrário, não há motivo, não há justificativa.

E a ficha do trabalhador, do cidadão brasileiro, ainda não caiu. Não é possível o pescoço continuar admirando a guilhotina! O pescoço não pode continuar admirando a guilhotina dessa maneira, a entrega do patrimônio brasileiro, o desmonte do patrimônio brasileiro, inclusive o nosso pré-sal, o estratégico pré-sal. Quando é que o pescoço vai entender que ele tem de parar de namorar a guilhotina?

É isso o que está acontecendo hoje, Marília, com a política em nosso país. O que nós vemos? Um Supremo acuado, uma declaração às vésperas do julgamento de *habeas corpus* do presidente Lula dada por um general, e o próprio regimento disciplinar dele proíbe manifestações políticas. Um general dizer que caminha com cidadãos de bem, tem receio e é constitucionalista? Onde estava o senhor quando os senadores foram pegos em gravação? Onde estava o general quando o Romero Jucá falou do grande acordo nacional? O senhor não se preocupou com os cidadãos de bem e agora acha que o problema todo está resumido à votação do *habeas corpus*, que não é apenas do presidente Lula, mas de qualquer cidadão brasileiro? Se um dia tiver que responder, quero ir à última instância, como está na Constituição. Não há Estado Democrático quando ele é seletivo. É por isso, deputada Marília, que temos de dizer alto e bom som: a prisão do presidente Lula será a prisão dos sonhos, da liberdade, da garantia dos direitos. Muitos aqui comemoram, batem palmas, fazem coro com o pescoço que gosta de guilhotina, mas no momento em que o deles estiver na reta, quero ver se não vão querer tratamento constitucional e legal, como previsto em lei. Obrigado, deputada.

A deputada Marília Campos* – Obrigada, deputado Cristiano. Talvez algumas intervenções, como essa que V. Exa. acaba de fazer, passem a impressão, àqueles que nos assistem, de que poderíamos defender a impunidade. Mas é muito importante dizer à população que, além de sermos os defensores da democracia, nós defendemos a Constituição. Nesse caso do julgamento do Lula, defendemos a Constituição, porque ela prevê que é preciso transitar e julgar. O que eles querem alterar é justamente a interpretação da Constituição. Então, não existe a discussão de haver ou não impunidade. O que nós queremos aqui é defender a Constituição e a democracia. É claro, deputado Cristiano, que a agenda no golpe não parou; eles não querem parar com ela porque tentaram criminalizar o PT, partido que chegou a ter 11% de aprovação popular. Eles não conseguiram fazer com que o PT saísse do coração do povo brasileiro. Pasmem! Ele ainda é o maior partido do País depois de tantos ataques que sofreu. O PT tinha 11% de aprovação e agora tem mais de 22%. E o Lula, que estava sendo perseguido, não se cansa de dizer quantas vezes ocupou as páginas da *Veja*, de outras revistas, da imprensa brasileira e quanto já foi denunciado. Mesmo assim o povo acredita nele, o povo gosta dele. As pesquisas de opinião mostram claramente que ele ganharia no primeiro turno. É muito importante falar sobre tudo isso porque a tentativa de prender imediatamente o Lula é para tirá-lo do jogo político, é para impedir que ele seja candidato a presidente da República. E é essa a discussão que fazemos. Hoje, queremos que o Lula tenha direito a ser candidato. Ao defendermos isso, estamos defendendo a Constituição.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Ilustre deputada Marília Campos, quero apenas deixar aqui uma pequena reflexão. V. Exa. disse que, ao interpretar a Constituição da República, deveria permitir outras instâncias do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, mas essa interpretação já foi feita duas vezes pelos guardiões da Constituição, pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Em duas situações distintas, o Supremo entendeu que deveria efetivar o cumprimento da pena após a condenação em segunda instância. E quem tem a obrigação constitucional de fazer essa interpretação é o Supremo. Deixo apenas essa reflexão.

Então este é um momento em que a gente deve se lembrar dessa mesma interpretação, que foi dada duas vezes. O que não pode ocorrer é um casuísmo, em sendo ex-presidente da República, de que não haja o mesmo entendimento. Essa é minha preocupação neste momento, de que o Supremo possa voltar atrás, mas deixo isso aqui para reflexão.

A deputada Marília Campos* – Aproveito, aliás, para endossar as suas palavras, agradecer a sua contribuição e deixar como reflexão também que temos de ter a mesma atitude para qualquer pessoa que esteja na situação de julgamento. O que a gente vê é que existe um comportamento da Justiça para determinadas pessoas e outro comportamento para outras. Então há um casuísmo e um oportunismo muito grandes. Acho que isso tira a credibilidade do Poder Judiciário de nosso país.

Mas quero aqui dizer a todos e a todas que eu estou hoje com o coração na mão, muito com o coração na mão, porque faço parte da história do Lula, sou uma fundadora do PT, acredito no Lula e acredito no meu partido, mesmo com todos os erros que teve. Certamente esses erros serão julgados, mas não posso aceitar que o Lula seja retirado do jogo político e da disputa eleitoral, em virtude dessa grande conspiração que está instalada em nosso país. Muito obrigada, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Presidente Dalmo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, sem dúvida, hoje é um dia importante para a história do Brasil, mas, sobretudo, para a nossa democracia. O que está em jogo na decisão do Supremo é retirar a liberdade ou não da maior liderança popular sindical da nossa história, que, no exercício da Presidência, deixou um legado econômico, social, soberano, recolocando o Brasil na cena internacional, legado este aprovado por ampla maioria da população brasileira. E o pior: uma condenação sem provas. Esse é um aspecto que eu queria ressaltar. Muitos estão pulando essa etapa. E essa etapa é mais um capítulo da arquitetura de um golpe impetrado numa associação de interesses econômicos internacionais, fortemente influenciado por americanos, que têm a ver com aspectos do pré-sal, do protagonismo do Brasil no fortalecimento de blocos e no jogo da economia internacional, interesses esses associados à parcela de elites e da mídia conservadora de nosso país, que retirou injustamente, num golpe parlamentar, a ex-presidenta Dilma. E esse golpe tinha um roteiro, que veio sendo cumprido.

Deram um tiro na Constituição Federal de 1988, que apontava na construção do chamado *welfare state*, estado de bem-estar social, com a Emenda à Constituição nº 95, que congela investimentos em políticas públicas por 20 anos. Rasgaram a CLT com as alterações na legislação trabalhista, colocando o Brasil no patamar do início do século passado, em relação ao direito do trabalho e às relações entre patrão e empregado.

Esse golpe evidentemente não podia prever o retorno do ex-presidente Lula. Não faria sentido para eles.

Então, eles forjaram, num processo absolutamente frágil e sem provas, a condenação na primeira instância e, depois, na segunda instância, ampliando o número de anos, para evitar a prescrição, e acelerando processos e ritmos comuns no Judiciário. É bom que se diga que esse foi um processo diferente, absolutamente ágil, para impedir que o ex-presidente possa concorrer à Presidência da República.

Quando perceberam que, mesmo inegável – ainda que na sua tese –, o ex-presidente Lula tem uma capacidade de transferência de votos que coloca candidatos apoiados por ele num eventual segundo turno, tiveram que forçar o outro capítulo do golpe: o capítulo da prisão. Não vou entrar na discussão jurídica, propriamente dita, mas quero ressaltar, para aqueles que argumentam que o julgamento de hoje pode ser casuístico, que em situações anteriores, o Supremo tomou decisões que valeram como

jurisprudência em julgamentos de *habeas corpus* e teve a oportunidade de discutir o mérito das ações diretas de constitucionalidade, pacificando o entendimento do próprio Supremo. Então, será que o casuísmo não foi deixar de apreciar o mérito dessas ações, prevendo um resultado que poderia beneficiar o ex-presidente Lula, e tratar apenas do seu caso para jogar a opinião pública contra aquilo que poderia beneficiá-lo? Talvez seja esse o casuísmo.

Mas, independentemente dessa discussão, o que está em jogo hoje é impedir que o presidente Lula seja candidato ou tenha liberdade para participar ativamente do processo eleitoral. Temos de ter cuidado com a nossa democracia! O Prof. Boaventura Santos, um grande intelectual português, diz que o correto numa democracia, principalmente no sistema eleitoral, é haver processos certos que podem gerar resultados incertos. Isso faz parte da democracia, assim como a alternância do poder. Mas no Brasil está ocorrendo o contrário na discussão eleitoral: há processos incertos, com resultados certos, previstos. Nesse caso, o processo incerto, com a exclusão do presidente Lula, leva a um resultado certo: o presidente Lula não poderá voltar à Presidência da República. Isso fere a democracia, que, aliás, está sendo ferida cotidianamente, como aconteceu com o que se fez à caravana no Sul do Brasil: ataques com paus, pedras, relhos, tiros. E ainda há uma parcela da direita, sórdida e conservadora, que fica batendo palmas para atos de violência. Isso também ocorreu com a execução sumária da Marielle e do Anderson – aquilo foi um tiro contra o Estado Democrático de Direito.

Não podemos retroceder! É de nos preocupar, a todos, principalmente aos que estão nos parlamentos, a declaração do Gen. Villas Bôas, comandante de uma força importante, o Exército, tentando coagir o Supremo Tribunal Federal, emitindo opiniões políticas e jurídicas. Esse não é o papel dos militares. Os militares, fugindo do seu papel institucional, revelam a fragilidade da democracia, revelam a incapacidade de os Poderes constituídos acharem e convergirem para situações de estabilidade democrática. Não podemos admitir o árbitro, a força, a censura, a violência e a intolerância, que é o pior. É a manifestação que vai além do espaço da política parlamentar ou da política institucional. É a intolerância homofóbica, racista. É a intolerância contra os pobres. É aquela pessoa que não admite ver o filho da empregada sentado na universidade ao lado do filho do grande empresário ou o pobre na fila do aeroporto fazendo uma viagem como qualquer outro grande da elite.

Não podemos admitir esse retrocesso. Por isso, a decisão de hoje é importante. O Supremo, se quiser, pode ter a capacidade de achar o caminho com a sabedoria de não tratar de generalizações, de separar o joio do trigo, de não transformar decisões em condutas generalizantes. Mas é inegável que seria uma injustiça pessoal. Aí, nós temos também de levantar essa dimensão. É justo uma condenação sem provas de uma liderança popular que significa um símbolo, que é um símbolo para as pessoas mais pobres do Brasil, que dedicou a vida a lutar pela democracia e pela inclusão social do nosso país? É uma condenação que faz parte de um golpe, repito, um golpe arquitetado por interesses econômicos internacionais associados às elites preconceituosas de nosso país. É isso que está em jogo. A discussão não é simplesmente jurídica. Não podemos condenar sem provas uma liderança à reclusão política e pessoal. Por isso esperamos justiça. Mas a discussão vai além, porque a tentativa é cotidiana de aprofundar os retrocessos sociais do governo golpista, de colocar o Brasil de joelhos diante dos países que comandam a economia internacional, de subestimar os pobres, de subestimar os negros, de voltar a adoração ao Brasil da casa-grande, de submeter a senzala ao que há de pior na humanidade.

Não vamos admitir isso, e digo mais: o PT é um partido que, como toda instituição formada por pessoas, tem erros e acertos, mas o legado do PT é a luta pela democracia, a luta pela inclusão social, a combinação da democracia representativa com a democracia direta, o absoluto respeito aos direitos universais e à dignidade humana. Não vão calar o PT. Não vão intimidar o PT. O PT é o partido mais querido entre os partidos da sociedade brasileira.

O PT tem hoje um pré-candidato, o ex-presidente Lula, que lidera todas as pesquisas. Ele ganharia a eleição, se fosse hoje, em primeiro turno. O PT, repito aqui, não vai se curvar diante de ataques, diante de calúnias, diante de difamações. O PT tem um legado, como o ex-presidente Lula tem. Legado de políticas públicas, legado de 40 milhões que saíram da pobreza, legado de jovens negros e pobres na universidade, legado de fortalecimento da agricultura familiar, legado de restauração de um papel de protagonismo do Brasil no cenário internacional. O PT tem, na liderança do presidente Lula, o seu maior exemplo. E não vamos nos curvar a esta

tentativa de prosseguimento ou de uma espécie de capítulo final do golpe, a condenação sem provas e a prisão. Não, nós ainda acreditamos na Justiça e na democracia. E não vamos reagir com violência à violência praticada por setores da direita brasileira.

Viva o presidente Lula! Viva o PT!

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* – Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva; deputado André Quintão, que acaba de fazer uma intervenção com brilhantismo e convicção, com a qual concordo integralmente; deputados e deputadas presentes; bancada da imprensa; senhores e senhoras das galerias; companheiros e companheiras que nos acompanham pela TV Assembleia; povo de Minas Gerais; o assunto que me traz à tribuna novamente é o mesmo que trouxe o deputado André Quintão, a deputada Marília Campos, com aparte do deputado Cristiano Silveira, o deputado Durval Ângelo e o deputado Paulo Guedes. Trata-se do julgamento que está ocorrendo agora, no Supremo Tribunal Federal; o julgamento de um *habeas corpus* do presidente Lula. Um julgamento que está tendo, por parte das elites brasileiras e de setores neofascistas que se formam no Brasil, uma postura no mínimo equivocada e perigosa para o nosso país e para a nossa democracia.

Sr. Presidente, deputado André Quintão, ontem fiquei impressionado ao ver o que a Rede Globo fez no seu noticiário no Jornal Nacional, à noite. Vinte e três minutos pressionando os ministros do Supremo para ver se prendem Lula. Veja se isso é papel de uma concessionária! Mas foi o que a Globo fez. Vinte e três minutos do Jornal Nacional, já não bastassem dias e dias, meses afora, anos afora tentando sujar a imagem do presidente Lula, que é o que a Globo fez a vida inteira. Ela age assim desde que o Lula apareceu em São Bernardo, como líder dos operários, dizendo que os trabalhadores tinham o direito de entrar na cena política brasileira. Desde essa época, a Globo não dá sossego ao presidente Lula, e não dá sossego porque não dá sossego aos trabalhadores.

Muito antes disso, a Globo comemorou o que ela achava que devia acontecer, que era o fim do 13º salário no Brasil. Não sei se os deputados já viram, mas é muito interessante uma matéria do jornal *O Globo* que diz que Getúlio Vargas ia acabar com o Brasil instituindo o 13º salário. Esses setores da elite brasileira acham que trabalhador é escravo; portanto, quando o Lula surgiu na cena política, eles sabiam que ali estava surgindo uma liderança operária, uma liderança de trabalhadores muito importante.

A partir dali a Globo nunca deu mole para o Lula. O tempo inteiro e foi assim também durante os dois governos do presidente Lula.

O *Jornal Nacional* é algo que existe em vista do Lula. Lula é isto, Lula é aquilo, cai um jornalista, entra outro, mas o assunto é sempre dizer que o Lula é um problema para o Brasil. É óbvio, Lula foi e é a solução dos problemas do Brasil. Os dois governos do presidente Lula e o governo da presidenta Dilma demonstraram isso.

Ontem a Globo passou dos limites. Depois de 23 minutos pressionando o Supremo – como se isso fosse papel de uma concessionária de TV no Brasil –, a Globo colocou um general no final do programa, com o seu *tweet*, ameaçando o Supremo Tribunal Federal. Agora estão lá os ministros do Supremo votando com a baioneta no pescoço, uma baioneta que ameaça que, se o Lula for solto, ou seja, se essas ideias dos trabalhadores prevalecerem, presidente, o Brasil poderá ser alçado novamente a uma ditadura militar. E o general nem é da reserva, é da ativa, general do Exército Villas Boas, que aparece *twittando* a sua vontade para se impor ao Supremo Tribunal Federal.

Sei que há ministros lá que são acovardados, para dizer o mínimo, e outros que fazem partes das elites. Mas têm endereço certo em tentar fazer com que esses ministros do Supremo aprovem a tese que as elites querem, agora com as baionetas do Exército. É impressionante, presidente, o que a Globo fez ontem. Leram um *tweet* ameaçador de um general ao Supremo, dizendo que, se o Lula for solto, o regime militar poderá ser exercido novamente no Brasil. Lembram-se dos regimes militares?

Quero aqui refrescar a ideia dos deputados que são todos democratas, porque, afinal de contas, vivemos no Parlamento. O Carlos Lacerda, deputado Sargento Rodrigues, quando deputado, era um opositor muito ferrenho a João Goulart. Ele queria derrubar

João Goulart, etc., e fez o que apresentou, aprontou todas. Ele era da velha UDN. Depois, quando o regime militar veio, André Quintão, Carlos Lacerda também foi perseguido pela ditadura e pediu ao Jango que se unissem para defender a democracia brasileira.

Por isso, quando vi o Alckmin, presidente do PSDB, dando aquela rateada, quando deram um tiro na caravana do Lula, e dizendo “O Lula está colhendo o que plantou”, fiquei abismado. Ora, como um democrata pode falar uma coisa dessas? Vale, então, o tiro, Alckmin? Os tiros dados em Marielle também valeram? Ela também colheu o que plantou, Geraldo Alckmin? É esse o pensamento do Partido da Social Democracia Brasileira. Pode assim um democrata pensar?

Repito, Carlos Lacerda se arrependeu, teve de ir atrás de Jango para pedir unidade contra o regime militar. Espero que as desculpas que o Alckmin pediu depois sejam sinceras, porque, se tivermos partidos políticos no Brasil que não compreendam que democracia se faz com liberdade de opinião, se faz com liberdade de expressão, se faz com opiniões diferentes, não poderemos conviver dentro da democracia no Brasil.

Portanto, o Supremo tem de agora – evidentemente que está fazendo e esperamos que seja assim – fazer um julgamento dentro da realidade constitucional. O que está em jogo é um artigo da Constituição que é muito claro, que diz que há presunção de inocência e que, só após todos os recursos feitos, uma pessoa pode ser presa no Brasil. Isso é mais do que justo, porque, se não for assim, “a” primeiro será preso, depois “b” será preso, “c” será preso, e assim por diante.

E vai depender de cada juiz que exista em outras localidades a prisão de pessoas que possam ser adversárias. Isso não é incomum de ocorrer na Justiça, porque, na justiça brasileira, os juízes não têm nenhum controle externo da sociedade. Portanto, todos nós ficaríamos nas mãos dos juízes, não apenas o Lula, e em decisões que assim se colocam.

As diferenças são tão grandes que o Eduardo Azeredo, denunciado e já julgado na segunda instância, está lá, livre, leve e solto. Ele vai agora completar a idade e não ficará nem um dia na cadeia. Azeredo já foi julgado na segunda instância há muito tempo, mas não vi ninguém aqui do PSDB pedir a sua prisão. Nós também não pedimos, porque o Eduardo Azeredo tem direito também à presunção da inocência. Só o Lula não tem a presunção da inocência? Cármen Lúcia deu a presunção de inocência a Aécio Neves, num voto de minerva, mas não quer fazê-lo em relação ao Lula.

Portanto, deputado André Quintão, o que existe, na verdade, é uma perseguição não ao presidente Lula, mas às ideias. Por isso comecei citando o Lula operário, aquele que parou a Ford, a Volkswagen. O Lula do sindicato dos metalúrgicos começou a dizer aos trabalhadores: “Vocês, trabalhadores brasileiros, têm o direito à voz. Vocês podem fazer greve, podem reivindicar seus direitos, suas plataformas, podem se colocar para obrigar que o patrão divida o seu lucro. Vocês têm direito aos direitos mínimos dos trabalhadores”. Quando Lula disse isso em São Bernardo, as elites começaram a persegui-lo. E a Globo o persegue tanto, que tem coragem, no *Jornal Nacional*, na véspera do julgamento do STF, de colocar uma baioneta no pescoço dos magistrados, no pescoço dos ministros do Supremo. Tomara que esses ministros não se amedrontem com essa baioneta; tomara que eles interpretem o termo da lei, o termo da Constituição, e não a pressão que advém da Rede Globo e das baionetas do Exército no dia de hoje; tomara que essa coragem exista nos ministros do Supremo. Estou torcendo, estou confiante de que vai predominar a democracia hoje como resultado. Longe do que ameaçou o general do Exército – longe disso –, o Brasil terá, sim, uma paz democrática e duradoura.

Hoje, presidente, prender Lula significaria um Ato Institucional nº 5, editado em 1968, e que levou ao recrudescimento do golpe. O golpe está em curso no Brasil, está desenhado, desde 2013, e vai ganhando forma por meio do *impeachment* da Dilma, por meio de uma articulação oportunista que uniu Aécio Neves a Temer e a Cunha e que leva o Brasil à desgraça e à miséria, porque atentam contra a soberania nacional. Estão entregando o petróleo, estão entregando a água. Atentam, Sr. Presidente, contra o Brasil porque entregam o petróleo, entregam a energia brasileira ao entregarem a Eletrobras.

Sr. Presidente, o golpe veio para isso, para desmanchar o Estado, para acabar com a segurança pública, cuja verba está congelada por 20 anos. Ele acaba com a educação, porque ninguém conseguirá fazer educação pública no Brasil, da creche à

universidade, sem dinheiro do petróleo ou dinheiro constitucional. Não há estado ou município que sustentem a saúde pública se não tiverem recurso federal. Essa é a questão.

O golpe está desmanchando o País, Sr. Presidente. E o golpe, que desmancha o Brasil, que retira direitos dos trabalhadores, que ameaça a aposentadoria dos trabalhadores brasileiros, precisa impor ao povo brasileiro um Ato Institucional nº 5, que seria a prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É a forma de eles prosseguirem na retirada de direitos do povo trabalhador brasileiro.

Mas estou convicto hoje de que vamos ganhar no Supremo. Sabe por quê? Porque a Suprema Corte não vai se acovardar diante desses fatos colocados, vai julgar de acordo com a lei. E vamos prosseguir com a democracia no Brasil, lutando a favor dela. É o que faremos. O deputado André Quintão disse muito bem: o PT não vai se amedrontar. Se o resultado for contrário, Lula será um preso político a ser defendido como Mandela o foi, será defendido por todos no Brasil e internacionalmente.

Lula é o cara que o grande Obama também defendeu, dizendo que era o sujeito mais popular da história do Brasil. Não apenas porque fez o Bolsa Família, mas porque fez o ProUni, o Pronaf, o Ciência sem Fronteiras, porque levou água ao sertão brasileiro, levou o São Francisco para dentro do Nordeste. Lula, Sr. Presidente, fez tanto pelo povo brasileiro, que hoje ganharia a eleição de forma disparada.

Portanto, estou convicto de que o Supremo está diante de um dilema: ou respeita a democracia – é o que nós esperamos que ocorra, e, respeitando a democracia, o presidente Lula poderá continuar a sua peregrinação –, ou o Supremo se acovarda e coloca para o Brasil um regime autoritário, uma mordaca, por meio de um Ato Institucional nº 5, com uma prisão indevida. Presidente, peço a todos os deputados democratas que apoiem isso, em vez de apoiarem a continuação do golpe no Brasil.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/4/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Valmir Gontijo Ferreira, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues;

nomeando Wellington Belchior dos Reis Macena, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde à deputada Arlete Gonçalves dos Santos Magalhães, Matrícula nº 11.165/1, no período de 7 a 21/3/2018.

Palácio da Inconfidência, 21 de março de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Braulio José Tanus Braz, Matrícula nº 15.246/3, no período de 3 a 5/4/2018.

Palácio da Inconfidência, 5 de abril de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/4/2018, na pág.19, onde se lê:

“exonerando, a partir de 9/4/2018, Flavio de Souza Pinto”, leia-se:

“exonerando, a partir de 7/4/2018, Flavio de Souza Pinto”.

Na mesma edição e página, onde se lê:

“exonerando, a partir de 9/4/2018, Inês Pereira Ferreira”, leia-se:

“exonerando, a partir de 7/4/2018, Inês Pereira Ferreira”.

Na mesma edição e página, onde se lê:

“exonerando, a partir de 9/4/2018, Izabella Mairink Rizzo”, leia-se:

“exonerando, a partir de 7/4/2018, Izabella Mairink Rizzo”.

Na mesma edição e página, onde se lê:

“exonerando, a partir de 9/4/2018, Keyzer Antonio de Paula Silva”, leia-se:

“exonerando, a partir de 7/4/2018, Keyzer Antonio de Paula Silva”.

Na mesma edição e página, onde se lê:

“exonerando, a partir de 9/4/2018, Marlucio Cassio da Silva”, leia-se:

“exonerando, a partir de 7/4/2018, Marlucio Cassio da Silva”.